

Para uma Parceria Reforçada na Recuperação e Desenvolvimento Angolanos

Co-patrocinado pela Fundação Stanley

e

Acção e Investigação na Estratégia Humanitária (SHARE)

Com a colaboração da Refugees International

Com o patrocínio do Ofício Federal para os Refugiados,

Governo Suíço

28 de Setembro a 1 de Outubro de 2003

RESUMO DA DISCUSSÃO

1. A presente reunião pretende reforçar o diálogo entre o Governo de Angola, doadores, organizações internacionais, incluindo membros da sociedade civil angolana, para discutir o futuro de Angola alicerçar uma maior confiança e segurança, estabelecendo novas parcerias num momento em que Angola caminha para a recuperação, reconstrução e desenvolvimento. Os participantes concordaram que, após décadas de guerra, este seria o momento propício para definir novas relações e desenvolver novos mecanismos entre o Governo e a comunidade internacional, com vista a uma transição bem-sucedida.
2. O ponto de vista geral da reunião foi a convicção de que a paz é duradoura mas que a mesma necessita de ser consolidada para que traga o maior número de benefícios para todos os angolanos. O esforço de recuperação confronta-se com questões de equidade sócio-económica, que poderiam criar divisões na sociedade angolana.
3. O Governo de Angola e a UNITA foram felicitados por trabalhar conjuntamente no sentido de implementar o Memorando de Entendimento de Luena para desmobilizar e desarmar as suas forças – embora ainda existam algumas questões importantes respeitantes à reintegração dos ex-combatentes.
4. O problema do retorno de milhões de pessoas deslocadas, de refugiados e de ex-combatentes para zonas ainda não sustentáveis (como definido nas Normas e Regulamento para o Reassentamento de Pessoas Deslocadas), constitui para o Governo um desafio imediato, por forma a assegurar a reintegração destas comunidades e o desenvolvimento de abordagens centradas na comunidade para a sua reintegração.

5. Dada a dimensão geográfica angolana e as formas como a guerra afectou as diferentes populações em diferentes regiões, um número significativo de angolanos está dependente de ajuda para a sua própria sobrevivência, enquanto outros carecem de sérias (ou correndo mesmo riscos de vida) necessidades humanitárias e outros ainda começam a dar os primeiros passos na direcção do desenvolvimento económico.

6. A amplitude das questões económicas, sociais e administrativas com as quais o Governo é confrontado após décadas de guerra representa um trabalho enorme. Esse facto inclui a resolução de emergências contínuas, caminhando, ao mesmo tempo, para a reconstrução e o desenvolvimento. Uma lista parcial das áreas mais importantes dessa política inclui: uma boa governação aliada a uma maior transparência; a consolidação da democracia; assegurar que os direitos consagrados na Constituição angolana sejam realmente efectivos, bem como aqueles contidos nos acordos internacionais de direitos humanos, dos quais Angola faz parte; uma distribuição justa da riqueza (incluindo a terra) sem usurpação; e um crescimento económico sustentável baseado na estabilidade macro-económica.

7. O próprio Governo de Angola que dispõe dos seus próprios e significativos recursos desempenhará naturalmente o papel principal na recuperação e no desenvolvimento do país. No entanto, os doadores também têm um papel importante e precisam de assegurar um apoio ao Governo em áreas estrategicamente importantes. Os doadores transmitiram a ideia de que maiores esforços por parte do Governo, incluindo uma utilização mais eficaz dos seus próprios recursos, bem como uma maior transparência, são aspectos importantes para lançar as bases para um apoio internacional sustentado.

8. A parceria colectiva para a recuperação – e mesmo a própria recuperação – será significativamente reforçada quando o Governo de Angola se lançar numa consulta pública sobre questões-chave da orientação política. O debate actual relativo à proposta de lei da terra foi citado como exemplo de uma tal consulta e os participantes aguardaram um ciclo similar de discussões em torno do projecto de documento sobre a estratégia de redução da pobreza (PRSP). Tal documento faz parte de um conjunto mais alargado de etapas preparatórias para uma possível conferência de doadores.

9. A continuação da divulgação públt valiobre a es

fiscalização, avaliação e planificação que foram desenvolvidos pelo Governo, agências das NU, autoridades provinciais e ONG's.

12. À medida que a presença das NU se vai alterando, incluindo a retirada progressiva do OCHA durante 2004, será primordial reforçar os sistemas existentes, através dos quais os actores humanitários locais e internacionais consultam, coordenam, recolhem informações, estabelecem prioridades e mobilizam recursos. Devido à falta de meios do Governo, demorará algum tempo até que o Governo possa assumir muitas das funções actualmente desempenhadas pelas agências das NU, embora este devesse ser o objectivo a médio prazo. A transferência de responsabilidades e de programas entre as agências das NU constitui em si um desafio e a transição em Angola permite que as agências especializadas, fundos e programas tenham a oportunidade de estabelecer uma nova norma de eficácia para a chamada "passagem". A menos que esta passagem seja feita adequadamente, as próprias populações pagarão o preço de uma falência dos serviços, por vezes com consequências trágicas. Devia ser mantido um substituto do Fundo de Resposta de Emergência enquanto instrumento para rapidamente transferir recursos para onde eles forem mais urgentemente necessários, por forma a suprir necessidades humanitárias ou de recuperação.

13. Os doadores humanitários deveriam aceitar o apelo consolidado para a transição, actualmente em discussão entre o Governo de Angola, as NU e as ONG's, para que sejam obtidas as condições mínimas de instalação para todos os Angolanos, incluindo aquelas estabelecidas no documento Normas e Regulamento.

14. Com efeito, o Governo angolano apresentou uma panorâmica geral à intenção da conferência das prioridades-chave destinadas ao programa de transição: colmatar necessidades de emergência em curso, aumentar a auto-suficiência alimentar, assegurar a distribuição de água potável, fornecer artigos de primeira necessidade e alojamento, distribuir sementes, fertilizantes, instrumentos agrícolas, assegurar a neutralização das minas, a reconciliação, reinstalação e reintegração, e melhorar os serviços sociais de base por todo o País, tais como a disponibilidade de medicamentos e de cuidados médicos, bem como escolas dispostas de professores e de material. À medida que o Governo vence estes desafios, a par de outras prioridades de reforço da boa governação e o estabelecimento de estruturas jurídicas sólidas, o seu progresso deveria gerar uma assistência ao desenvolvimento a longo prazo por parte dos doadores.

15. Dar prioridade às necessidades específicas das mulheres é essencial, não só para assegurar a sua sobrevivência – e, por consequência, a das suas famílias – mas também, em termos mais alargados, as perspectivas das comunidades para uma reconstrução bem-sucedida. As populações que deveriam ser o alvo de ajuda e de protecção incluem famílias mono-parentais, menores órfãos, mulheres e meninas forçadas a viver e a trabalhar sob as ordens das ex-forças da UNITA e crianças ligadas às mesmas forças. Outros grupos vulneráveis incluem os deficientes, os idosos e crianças órfãs, no meio dessas crianças da rua.

16. Com o HIV/SIDA, Angola é confrontada com uma nova ameaça que pode dizimar as próximas duas gerações, tal como a guerra o fez nas últimas duas. O isolamento causado pela guerra protegeu Angola da disseminação do vírus, mas agora o comércio em desenvolvimento e a migração com os vizinhos da região tornam possível que a doença se espalhe com a mesma velocidade com que devasta outras nações do Sul de África. O empenhamento e liderança pessoal do Presidente da República de Angola, José Eduardo Dos Santos, criando uma comissão para a questão do HIV/SIDA constitui um primeiro passo importante. Devido

ao impacto social extensivo do HIV/SIDA, haverá agora necessidade de programas públicos educativos de massa, adaptados às diferentes necessidades das populações urbanas e rurais. É igualmente importante assinalar que a malária e outras doenças infecto-contagiosas provocam muitas mortes evitáveis em Angola, com o consequente impacto no tecido e na produtividade das comunidades.

17. O pacto social entre qualquer governo e os seus cidadãos inclui tantos os direitos a proteger pelo Estado como o dever dos cidadãos de serem membros produtivos e respeitadores da lei no seio das suas comunidades. Foi sugerido que o Governo e a sociedade civil podem reforçar este pacto invertendo por vezes os seus papéis habituais, para que o Governo ponha em evidência os direitos dos cidadãos e para que a sociedade civil dê ênfase às suas obrigações em respeito das normas vigentes..

18. Tal como acontece em qualquer sociedade pós-conflito, Angola depara-se com inúmeros desafios difíceis para garantir os direitos do seu povo. Uma vez que, muitos angolanos não dispõem de documentos de identificação que lhes permitam, em termos práticos, apresentar um pedido de direitos de cidadania. Os participantes encorajaram o Governo a prosseguir com a campanha de registo gratuito dos cidadãos que já atingiu mais de 160,000 pessoas. E, como muitas regiões do interior do país carecem de um sistema jurídico operacional, há que reforçar mecanismos de fiscalização e de informação para detectar violações dos direitos e mecanismos para proteger os indivíduos de abusos, tais como a violência sexual.

19. As estratégias de sobrevivência económica que foram desenvolvidas para se sobreviver às décadas de guerra são a herança de um espírito e determinação que ajudará muito o povo na construção da sua própria segurança económica e da economia do país na sua globalidade. Tanto em áreas urbanas como rurais, o empreendimento individual e o comércio de pequena dimensão contribuirá para os meios de subsistência de mais angolanos do que mesmo um sector mineral em expansão. Com efeito, estudos recentes indicam que países com uma dependência excessiva dos recursos naturais e das indústrias extractivas são os mais vulneráveis ao conflito crónico e à violência – uma triste realidade que os angolanos bem conhecem.

20. A estratégia de transição deve ser um processo gerador de possibilidades que se constrói através do impulso criativo e do espírito empreendedor do povo e que acentue também o papel central das mulheres na vida económica. A micro-finança é uma abordagem que tem dado provas, por todo o mundo, para ajudar a libertar este potencial criativo (muitas vezes focalizada especialmente nas mulheres). E já que muita da actividade económica e geradora de emprego, particularmente em grandes centros urbanos, se encontra no sector informal, estes empresários deveriam ter acesso aos serviços económicos e jurídicos com vista a transformar e a desenvolver os seus meios de subsistência.

21. Deve dar-se garantia de todos os direitos aos grupos vulneráveis, aos pobres das zonas rurais e urbanas, como cidadãos e dar-lhes acesso aos recursos principais, tais como, a terra, a água e os serviços básicos que proporcionar-lhes-ão meios para uma participação total na reconstrução das suas comunidades e dos seus modos de vida. A lei de reforma da terra deve tornar possível a regularização da ocupação em curso e devem ser garantidos os direitos de IDPs e das populações rurais, de regressarem e ocuparem as suas terras de origem. No caso de pessoas que não possuem tais casas, terrenos aráveis, haverá necessidade que lhes sejam providenciadas as condições de reassentamento em conformidade com as “Normas e o Regulamento”.

22. Com a ajuda e a cooperação de todos os intervenientes no processo, o Governo de Angola tem a oportunidade de estabelecer um quadro de acção política e tomar medidas concretas para reduzir a pobreza de forma sistemática, através de estratégias que modernizem o pequeno sector agrícola, diversifiquem a economia e assegurem uma distribuição equitativa.

23. Contudo, esta transição poderá não se realizar imediatamente, nem significa que as necessidades humanitárias de Angola desaparecerão brevemente à medida que o país evolui para uma nova fase de desenvolvimento. Mas a nova etapa necessitará, no entanto, de mudanças concretas e radicais de orientação relacionada com a implementação no programa de apoio, com a natureza, forma, liderança e complexidade de acordos de parceria, e com a agenda estratégica para o desenvolvimento.

24. Em termos de modalidades de implementação para apoiar a transição e o período de desenvolvimento, as autoridades nacionais necessitarão de liderar numa série de áreas, garantindo que o enquadramento operacional adequado esteja disponível para permitir que o apoio necessário seja eficaz e produtivo (incluindo acesso mais célere a vistos, autorizações de trabalho e licenças de acordo com a lei em vigor);

- reformas judicial e agrícola;
- programas educativos, tais como alfabetização e formação profissional para facultar aos angolanos novas opções e oportunidades;
- programas para atrair os angolanos altamente qualificados que vivem no estrangeiro a regressar ao seu país natal;
- formação de uma capacidade extensiva para equipar o Governo a fim de satisfazer essas inúmeras iniciativas, como realmente uma componente da maioria (senão de todos) os programas de ajuda;
- acelerar a aprovação do seu programa de descentralização;
- assumir plenamente os desafios enquanto detentores da agenda nacional social e económica, incluindo o importante aspecto de coordenação dos parceiros de desenvolvimento.

25. Relativamente à agenda de parceria, os parceiros doadores (bilaterais e multilaterais) necessitarão de elaborar agendas de coordenação, harmonização e de contabilidade, tanto entre eles como entre cada um deles e os outros, enquanto grupo em relação às autoridades nacionais. Uma maior sensibilidade da parte dos parceiros para as circunstâncias específicas de um quadro pós-conflito e a necessidade de uma maior flexibilidade na sua interpretação de e apoio a programas nacionais de transição e de desenvolvimento deveria constituir um aspecto altamente relevante. Com efeito, o sector privado nacional e internacional poderá desempenhar um papel catalisador fundamental na recuperação e desenvolvimento social e económico de Angola e em todas as consultas sobre desenvolvimento é crucial. Estes actores em particular poderão tornar-se parceiros valiosos nas áreas do financiamento das infra-estruturas; responsabilidade social corporativa; facilitação do envolvimento da sociedade civil (no PRSP, programas baseados na comunidade, etc.); e na consulta com o próprio Parlamento.

26. Em termos da agenda estratégica para o desenvolvimento, os economistas na reunião sugeriram que a continuidade entre a preparação e reajustamento de adaptações orçamentais anuais, o PRSP a médio prazo, a agenda de reconstrução e de reabilitação, os Objectivos de Desenvolvimento para o Milénio e a visão de Angola a longo prazo, deveriam ser explicitamente reconhecidos. Este facto realçaria necessariamente as questões de planificação integrada, particularmente para o PRSP; uma melhor governação e diálogo com o FMI e outras agências de financiamento; a manutenção da agenda de reforço de capacidades; a inserção de Angola na agenda regional (NEPAD, ou Nova Parceria para o Desenvolvimento de África) e global; e a capitalização das janelas ímpares de oportunidade a curto e a médio prazo para rapidamente se atingir um melhor nível de qualidade de vida para todo o povo de Angola.

27. Depois de décadas de guerra, a recuperação e o desenvolvimento em Angola apresenta-se diversificada, desafios temíveis e isso requererá um compromisso e uma cooperação de todos envolvidos – o governo, os doadores, as organizações internacionais e as ONGs. Dependendo do que pode acontecer, a questão que se coloca é se em Angola a paz pode ser mais do que meramente uma ausência de guerra; 14 milhões de Angolanos esperam que tudo corra bem e estão a contar com o seu Governo e a Comunidade Internacional para ajudarem na construção de uma paz que traga prosperidade e seja saudável.

Participant List

Chair: Roberta **Cohen**, Senior Fellow, Foreign Policy Studies, The Brookings Institution; Chair, The Brookings-The John Hopkins SAIS Project on Internal Displacement

Project Manager: David **Shorr**, Program Officer, The Stanley Foundation

Representing the Government of Angola

João Baptista **Kussumua**, Minister of Assistance and Social Reintegration, Republic of Angola

Joaquin **Mangueira**, Minister-Counselor, Mission of Angola to the UN Organizations in Geneva

José António **Martins**, Advisor to Minister of Assistance and Social Reintegration, Republic of Angola

Other Participants

Simon **Bagshaw**, Internal Displacement Unit, United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs, OCHA, Geneva

Mamadou **Beye**, Chevron Angola

Allan **Cain**, Director, Development Workshop, Angola

Benjamin **Castello**, Jubileu 2000

Laurence **Clarke**, Country Manager, The World Bank, Angola

Erick **de Mul**, Former UN Resident Coordinator, Angola

Christopher W. **Dell**, Ambassador of the United States to the Republic of Angola

Fatima **Fonseca**, The Luso-American Development Foundation (FLAD), Lisbon, Portugal

Florian **Forster**, Head of Office, External Relations Department, International Organization for Migration

Michel **Gaudé**, Head of Desk, Southern Africa Operations, UNHCR, Geneva

Alberta **Gomes**, Action for Rural Development and the Environment (ADRA), Angola

Lise **Grande**, Former Head of Office, UNOCHA, Angola

Philippe **Lazzarini**, UNOCHA

Karl **Lorenz**, Director, Division Reception and Return, Federal Office for Refugees (FOR), Government of Switzerland

Veronika **Martin**, Director of Human Rights, *Refugees International (RI)*

Jarmila **Mazel**, Coordinator Return Assistance Programs Africa, Division Stay and Return, Federal Office for Refugees (FOR), Government of Switzerland

Chil **Mirtenbaum**, Africa Bureau, UNHCR, Geneva

Ernesto **Mulato**, Vice President of UNITA

Robert **Paiva**, Director, External Relations Department, International Organization for Migration

Caroline **Peguet**, Africa Section, OCHA, Geneva

Lisa **Rimli**, Early Warning Unit FAST, Swisspeace, Geneva

Eric **Schwartz**, Chief of Staff, Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights, Geneva

Marie **Spaak**, Response Coordination Branch, OCHA, Geneva

Franz **Stadelmann**, Humanitarian Aid Department/Africa, Swiss Agency for Development and Cooperation (SDC), Bern

Matthias **Stiefel**, Executive Director, WSP International, Geneva

Koenraad **Van Brabant**, Senior Programme Officer, WSP International, Geneva

Urs **Von Arb**, Deputy Vice-Director, Main Division Reception and Return, Federal Office for Refugees (FOR), Government of Switzerland

David **Whittlesey**, Deputy Executive Director for Operations, WSP International, Geneva

Goder **Yohannes**, Bureau for Crisis Prevention and Recovery, UNDP, Geneva